



ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

ANTICOMUNISMO E ENSINO DE HISTÓRIA: ORIGENS E ATUALIDADE

Anticommunism and History Teaching: origins and actuality

JOÃO VITOR DE ARMAS TEIXEIRA¹

RESUMO

O presente artigo propõe-se a realizar uma análise entre o anticomunismo e o Ensino de História, visto que é um problema latente na conjuntura educacional brasileira. Sendo a educação sensível às conjunturas políticas, será estabelecido um diálogo sobre a historiografia e a atualidade do anticomunismo e como esses elementos condicionam a prática pedagógica. Optou-se por uma abordagem teórica visando o estudo crítico e dialético do problema, objetivando a superação do presente momento a partir de uma práxis transformadora. Nesse sentido, é um intento de contribuir para a ampliação do estudo do avanço da extrema-direita contra o Ensino de História no período recente do país.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Anticomunismo; Conservadorismo.

ABSTRACT

The present article proposes to carry out an analysis between anticommunism and the Teaching of History, since it is a latent problem in the Brazilian educational conjuncture. The education is sensitive to political conjunctures, a dialogue will be established about the historiography and the actuality of anti-communism movement and how these elements are conditioning the pedagogical practice. This work opted for a theoretical approach aiming at the critical and dialectical study of the problem, aiming at overcoming the present moment from a transformative praxis. In this sense, it is an attempt to contribute to the expansion of the study of the advance of the far-right against the Teaching of History in the recent period of the country.

KEYWORDS: History Teaching; Anti-communism; Conservatism.

EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 03/11/2022

ACEITO: 07/12/2022

COMO CITAR:

TEIXEIRA, J. V. A.
Anticomunismo e Ensino de
História: origens e atualidade.
Aedos, Porto Alegre, v. 15, n.
34, p. 246-265, jul.–dez., 2023.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, bolsista CAPES e graduando em Letras-Português na Universidade Federal de Pelotas. ORCID iD: 0000-0002-3621-0718. E-mail: joaoarmas1998@gmail.com.

O presente artigo possui o intuito de contribuir para o debate acerca das relações entre o anticomunismo e o Ensino de História, haja vista que as conjunturas econômicas e políticas condicionam de maneira violenta o campo da educação. Afinal, a escola não é uma ilha dissociada das contradições sociais, mas está imersa e, de certa forma, também reproduz seus antagonismos, suas crises e seus embates. Uma vez que a cultura escolar com seus agregados de normas e práticas possui relações de conflito e conciliação com o “conjunto de culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular” (JULIA, 2001, p. 10). Nesse sentido, o ensino, enquanto prática social, está intimamente ligado a concepções pedagógicas que, essencialmente, expressam projetos de sociedade. Se, no âmbito da produção do conhecimento, o que reina são disputas, muitas vezes impulsionadas por fatores políticos, no que tange à sala de aula, esses aspectos se agudizam. A convencionalmente chamada “onda conservadora” (BURITY, 2020) impetrou um movimento que levou questões privadas ao ambiente escolar, uma verdadeira militância moralizante, com o intuito de silenciar determinadas pautas consideradas sensíveis. Dessa maneira,

[...] estabelece-se, assim, um tensionamento entre a educação no âmbito familiar e no âmbito escolar, sendo a primeira, na figura do professor “doutrinador”, uma ameaça latente à segunda, estabelecendo um processo de pânico moral (GEDIEL; SEFFNER, 2018, p. 77).

Compreende-se, portanto, que há uma ligação umbilical e histórica entre o conservadorismo² e o anticomunismo e essas manifestações condicionam de maneira sensível o Ensino de História e suas possibilidades.

Realizar-se-á um exame das origens do anticomunismo no Brasil, partindo-se da hipótese defendida por Malatian (2003, p. 175) do fenômeno “como um componente da política que tem raízes anteriores” à Revolução Russa e é “solidamente enraizado na cultura política ocidental derivada do catolicismo antiliberal do século XIX”. Isso é relevante para a presente análise, pois se considerarmos que o anticomunismo brasileiro surgiu no contexto dos anos 1870 e tem origem nos pensadores católicos após a Revolução Francesa (1789), o chamado “tradicionalismo católico francês” (RAMIRO JUNIOR, 2016; SILVA; CARVALHO, 2018), podemos inferir que há uma tradição anticomunista brasileira que precede a Revolução Russa (1917) e a fundação do Partido Comunista no Brasil (1922). Logo, mais do que um movimento de reação a possíveis ameaças revolucionárias, o fenômeno, em nossa sociedade, tem um caráter preventivo (SECCO, 2020). Dessa maneira, é pertinente abordar os fundamentos doutrinários católicos expressos nos documentos papais que foram negligenciados por parte da historiografia até o presente momento. Nesse sentido, pode-se identificar, a partir dos anos setenta dos oitocentos, que a questão do comunismo estava disseminada pela sociedade, o que levou ao principal jornal católico do período, *O Apóstolo*³, a mencionar frequentemente os perigos

2 O conservadorismo será entendido no presente trabalho como o termo que “designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (BONAZZI, 1998, p. 242), considerando a especificidade do caso brasileiro que incorpora elementos reacionários e fascistas (BRAZ, 2017).

3 *O Apóstolo*: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade foi um jornal católico, sediado na cidade do Rio de Janeiro que circulou entre os anos de 1866 e 1893. Foi impresso pela tipografia Nicolau Lobo Vianna e Filhos (1866- 1893) na rua da Ajuda, número 79 e, a partir de 1867, contou com tipografia própria, a Tipografia do Apóstolo, sediada na Ladeira do Seminário, número 6 A e, a partir de 1870, na rua do Ouvidor, números 16 e 18. Foi semanário até o ano de 1871, entre 1874 e 1876, diário e, a partir do ano de 1877, foi publicado às quartas, sextas e domingos e teve circulação nacional durante todo esse período.

do socialismo, do comunismo⁴, da Internacional e da Revolução. Ademais, é pertinente a análise doutrinária a partir dos documentos papais que demonstram uma forte preocupação da Igreja com a questão desde a primeira metade do século. E também, examinar os autores que fundamentam essa posição de rechaço à modernidade e aos movimentos derivados dela, dentre eles, o mais ameaçador: o comunismo.

A reflexão que será desenvolvida, envolve compreender, dentro desse contexto, de que maneira o anticomunismo é mobilizado contra tendências modernizantes da sociedade. Tais ocorrências deram-se em oposição a tendências de modernização do país que ameaçavam o *status quo* de alguma maneira. Pode-se elencar, a título de exemplo, a Geração 1870 (ALONSO, 2000) que questionava o Império e a Igreja, as Reformas de Base de João Goulart e as políticas de ampliação de consumo e de cotas dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Logo, é de suma importância a compreensão do anticomunismo em períodos que não são revolucionários, em momentos de inexistência de um partido revolucionário. É nesse sentido que o presente trabalho irá abordar, em sua primeira parte, as definições e a origem do fenômeno na história brasileira, visando elucidar as continuidades desse movimento que está presente de maneira pronunciada na presente conjuntura política.

Por outro lado, é pertinente uma análise da contemporaneidade da questão. A história recente de nosso país presenciou, como poucas vezes antes, uma parte expressiva da sociedade civil mobilizada para atacar e hostilizar tanto escolas quanto professores em escala nacional (RAMOS; SANTORO, 2017). Essa percepção ganhou corpo na militância de extrema-direita que passou a radicalizar-se contra o governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Os educadores passaram a ter, dentro dessa ótica, “o papel de desviante, sendo a educação crítica e emancipadora” vista “como uma doutrinação para a dissolução dos valores” (GEDIEL; SEFFNER, 2018, p. 78). Movimentos como o *Escola Sem Partido* (ESP) tornaram-se porta-vozes de uma escalada de pânico moral que levou ao controle, espionagem, censura e perseguição a muitos profissionais da educação em todo o Brasil (GEDIEL; SEFFNER, 2018). Nesse sentido, há a necessidade compreender esses fenômenos e articular esses conhecimentos com as reflexões recentes de autores que trataram do tema e que contribuem para ampliar o horizonte de análise. Dentre esses, a maior contribuição é de Frigotto (2018) que entende esses movimentos a partir das transformações econômicas do capital e, sobretudo, fruto da crise contínua do neoliberalismo que se constitui terreno fértil para movimentos extremistas (MANN, 2008).

A educação é compreendida como elemento transformador, “se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67). Esse entendimento também é caro ao pensamento reacionário que se insurge contra uma escola plural, democrática, inclusiva. Dessa forma, “ela é uma prática sócio-histórica contraditória, que pode ser instrumento de conscientização e/ou também de dominação” (RAMOS; SANTORO, 2017, p. 145). O ensino é, portanto, uma arena de disputa entre as forças políticas. Nesse sentido, é que se tentará apreender esses fenômenos dentro da ótica da utopia, ucronia (PENNA, 2021) e a distopia⁵. Presenciamos um período em que as fronteiras científicas e tecnológicas são ampliadas a cada ano concomitantemente à ascensão do anti-iluminismo,

4 Não apenas esse setor mais conservador, mas também o liberal Joaquim Nabuco (1873), em discurso pronunciado para o Grande Oriente Unido do Brasil, referiu-se ao comunismo como um dos elementos que ameaçavam a sociedade moderna.

5 A distopia entendida aqui como o fenômeno “que revela o medo da opressão totalizante, pode ser vista como o oposto especular da própria utopia” (BERRIEL, 2005, p. 4), isto é, para a presente análise, a antítese da educação dialógica, democrática, livre e transformadora.

anticientificismo, campanhas contra vacinas e contra a educação. E são essas formas de manifestações políticas que se procurará abordar, a partir das contribuições de Adorno (1951), esse contexto no qual os elementos irracionais sobrepõem-se aos racionais e que ameaçam profundamente a produção e o ensino do conhecimento histórico.

Portanto, este texto está dividido em duas partes, a primeira versará sobre o anticomunismo, suas definições e suas origens. E, posteriormente, a atualidade, na qual se tratará tanto do fenômeno quanto do ambiente polarizado que cerca a sala de aula. No intento de articular uma visão histórica em diálogo com a contemporaneidade do desafio docente em uma conjuntura de acirramento das contradições sociais. Por fim, nas considerações finais serão expostas as sínteses dos argumentos aqui apresentados.

ANTICOMUNISMO: DEFINIÇÕES E ORIGENS

Para ser possível a reflexão a respeito do anticomunismo, é necessário elucidar como o presente trabalho entende o conceito. Nesse sentido, pode-se afirmar que o anticomunismo é a “oposição à ideologia e aos objetivos comunistas” (BONET, 1998, p. 34). Entretanto, compreendemos, assim como Motta (2000), que é necessário levar em consideração a existência de “anticomunismos”, pois uma definição estanque não dá conta de abarcar todo o aspecto multifacetado do fenômeno e como ele se apresenta ao historiador. Como conceito e movimento político, o anticomunismo, historicamente, possui poucos elementos de coesão interna e geralmente tornou-se uma miríade de movimentos heterogêneos atraídos por uma força de atração: o rechaço a essa tendência revolucionária. Uma espécie de frente política unificada contra esse projeto social, político e econômico. Portanto, “o problema básico ao qual devemos atentar é que o termo comunista não é suficiente. É necessário delimitar o que os textos anticomunistas entendem por comunismo” (SILVA, 2000, p. 198), é preciso analisar a partir de qual matriz ele se manifesta. Por essa razão, que se buscará delimitar o fenômeno com base nesses critérios.

Compreender a historicidade dessa tendência no Brasil é de suma importância, pois desnuda os elementos unificadores que são mobilizados, inclusive, na contemporaneidade um exemplo é a oposição ao pensamento racional e científico. Para isso, será nevrálgico examinar, brevemente, algumas produções historiográficas e o desenvolvimento do anticomunismo na história do país, evidenciando suas conexões políticas e programáticas.

A historiografia brasileira consolidou o fato de o anticomunismo brasileiro ter surgido no início do século XX, mais especificamente após a Revolução Russa de 1917 e como uma reação aos bolcheviques. Consoante com Motta (2002), no país houve duas grandes ondas anticomunistas, uma no período dos entreguerras, na década de 1930; e, outra, na esteira do Golpe Militar de 1964. Contudo, propomos, a partir da presente revisão historiográfica, uma temporalidade maior, identificando, tanto na imprensa católica antiliberal⁶ do final do século XIX, quanto os documentos papais do período, a origem, ou a primeira onda do anticomunismo brasileiro (TEIXEIRA, 2022). Há uma continuidade que perpassa essas balizas temporais, assim, buscamos a ampliação das considerações que Malatian (2003), Neto (2013), Pereira (2010) e Brito (2015) fizeram a respeito da questão.

⁶ Principalmente no jornal *O Apóstolo*. Teixeira (2021), analisa a repercussão da Comuna de Paris nas páginas do periódico e demonstra que já havia a concepção de que o comunismo avançava em território nacional pelas gazetas laicas.

O final do século XIX e, mais especificamente os anos 1870, marcaram um processo de crise do Brasil Império e suas instituições. O regime, “buscando sempre a lentidão e a cautela para que não houvesse alteração na tradição, além de impedir uma possível revolução” (SOUZA, 2014, p. 52), tendeu sempre à imobilidade e sua autopreservação constante. A lei do Ventre Livre (1871), o movimento republicano e abolicionista, o processo de urbanização, os novos grupos econômicos e, segundo Alonso (2000) toda uma nova intelectualidade alijada das esferas do poder político imperial começaram a contestar o *status quo*. A Geração 1870 foi a intérprete desse processo e, um dos principais alvos de suas críticas, era a Igreja. Havia uma contradição entre a tendência ao imobilismo do regime social e político e o dinamismo das novas forças sociais, econômicas e políticas que emergiram. E, reverberou na imprensa católica, fonte fecunda na qual os estudos históricos devem atentar-se, pois constava a associação das correntes de pensamento desses intelectuais ao comunismo e ao socialismo.⁷

Urge recordar que Estado e Igreja não eram separados no período imperial e, no episcopado brasileiro, figurava a corrente mais conservadora do catolicismo: o ultramontanismo. Alçados aos principais postos do clero no país pelo Imperador, no final da primeira metade do século XIX, Santirocchi (2015) concluiu que os ultramontanos surgiram como solução ao problema da tradição brasileira de clérigos envolvidos em movimentos sediciosos. Promoveram a retirada dos padres das esferas políticas e pregavam a moralização do clero e da sociedade e possuíam alinhamento automático às posições papais, o que os colocou em rota de colisão com os princípios de soberania nacional. Esse foi o nexo causal das Questões Religiosas que afetaram praticamente todos os países católicos na segunda metade dos oitocentos, somando-se a isso o processo de unificação italiana, a Guerra Franco-Prussiana⁸ e a Comuna de Paris de 1871⁹. O contexto nacional e internacional, para os católicos, era de grande hostilidade, inclusive a nível doutrinário, afinal, o Concílio Vaticano I promulgou a infalibilidade papal em um esforço de centralização, excomungando os dissidentes.

É nesse cenário, principalmente após o assalto aos céus (MARX, 2011) do proletariado parisiense, que surgiu sistematicamente, no principal periódico católico do Brasil, *O Apóstolo*, textos abordando e combatendo o comunismo. É relevante afirmar que não há um trabalho de fôlego a respeito dessa fonte e que consideramos de suma importância para compreensão e análise do anticomunismo na historiografia brasileira. Não obstante, se como propõe Silva (2001), falar é agir, pode-se concluir que os católicos empreenderam uma cruzada não só contra o pensamento radical, mas contra a modernidade no geral, pois não havia nenhum movimento revolucionário em solo brasileiro. Nesse sentido, o comunismo, era entendido como a encarnação de todo o mal, de toda a perversão dos costumes e da sociedade e era associado às mais diferentes correntes de pensamento de caráter laico, cientificista ou republicano. Esse movimento reativo surgiu, na avaliação de Klauck (2011) em um período em que a Igreja estava diante de tendências renovadoras em seu seio e em conjuntura internacional desfavorável. Portanto, é de fundamental importância abordar a matriz desse anticomunismo oitocentista, pois nos oferece pistas para a compreensão de um imaginário anticomunista gestado em um período de inexistência de um partido e/ou de uma classe revolucionária em solo brasileiro que, àquele momento, ainda era escravista.

7 Teixeira (2021) defende que o periódico *O Apóstolo* prenunciou uma série de componentes estruturantes das correntes anticomunistas do século XIX e XX.

8 Conflito entre França e Prússia que derrubou Napoleão III e resultou na unificação alemã. A derrota de um Império católico para um Reino protestante contribuiu para o recrudescimento da luta ultramontana no Brasil.

9 Surgida dos escombros do Segundo Império bonapartista foi a primeira revolução dos trabalhadores da história.

Autores como Motta (2002), Brito (2015) e Rodeghero (2002) consideram a Encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII (1810-1903) de 1891, o documento seminal para o fenômeno no Brasil. Rodeghero (2002, p. 25) afirma que “o anticomunismo esteve relacionado com a ‘descoberta’, pela Igreja, da questão operária no Brasil”. Entretanto, a Encíclica *Quanta Cura* (1864) de Pio IX (1792-1878), considerada o manifesto do ultramontanismo, norteou a reação católica às ideias modernas e é o texto mais mencionado pelo periódico católico, segundo Teixeira (2022), o documento possui 460 ocorrências nas páginas de *O Apóstolo*. A Encíclica de 1864 faz a condenação do “erro fatal do comunismo e do socialismo”, e alerta que tais doutrinas pervertem a alma dos jovens e as infecta com “todo tipo de erros e vícios perniciosos”. Seu anexo, o *Syllabus*, menciona outros documentos papais e lista os erros da modernidade, é fecundo para analisar as raízes do anticomunismo católico. Dentre tantos capítulos, o IV, do anexo encíclico, condena o “socialismo, comunismo, sociedades secretas, sociedades bíblicas, sociedades clericais-liberais”. Nele, consta menções ao anexo *Qui Pluribus*, de 9 de novembro de 1846, onde é possível ler que “a nefasta doutrina do comunismo, como se costuma dizer, mais avessa à própria lei natural” (PIO IX, 1846). A alocução *Quibus quantisque*, de 20 de abril de 1849, é mencionada e alertava que “o progresso tão pregado por tais homens visa apenas manter a agitação sempre viva”, objetivavam “eliminar todo princípio de justiça, virtude, honestidade, de religião; e apresentar o socialismo, ou mesmo o comunismo, principalmente contrário à lei e à própria razão natural” (PIO IX, 1849). A Encíclica *Nostis et Nobiscum*, de 8 de dezembro de 1849, apresenta uma formulação na qual constam arquitetos malignos promotores da “subversão de toda a ordem das coisas humanas” e dos “sistemas odiosos do novo socialismo e comunismo”.

Não só as posições papais fundamentaram esse anticomunismo, mas também autores como Joseph de Maistre (175-1821), Visconde de Bonald (1754-1840), Donoso Cortés (1809-1853), Jaime Balmes (1810-1848) e Jean Joseph Gaume (1820-1870) influenciaram o ultramontanismo e seu combate ao comunismo em solo brasileiro. Ramiro Junior (2016) afirma que essa corrente de pensamento se pautou pela crítica à Revolução Francesa de 1789 e às ideias e movimentos que dela derivaram. Maistre, segundo Silva e Carvalho (2018) é, não apenas o grande expoente do tradicionalismo católico francês, mas também o mais influente autor para os ultramontanos católicos brasileiros. Para ilustrar suas concepções, em sua principal obra, *Du Pape* (MAISTRE, 1819), segundo Gileno e Medeiros (2021), o Papa deveria ser a figura que governa, julga e ensina. Dentro dessa tradição havia, também, Juan Donoso Cortés (2014) que afirmava ser o socialismo uma “teologia satânica” e Gaume (1878), que escreveu: o comunismo “suprime toda a propriedade, anula a família e destrói toda a hierarquia social”. Portanto, o anticomunismo das décadas finais do século XIX está envolto nesse *ethos* de ojeriza à revolução e de uma profunda luta por parte das forças conservadoras e reacionárias contra a modernidade, segundo a historiografia consultada. É uma revolta contra tendências laicas, contra setores sociais emergentes, contra ideias que incorporaram o imaginário do final do século que pressupunha a expansão do capital, da tecnologia e do domínio do homem sobre a natureza (HOBBSAWM, 2021) e que, portanto, negavam a religião.

Nesse sentido, a tradição anticomunista mencionada por Motta (2000), nasceu nas décadas finais do Império e se desenvolveu de maneira pronunciada no século XX. A Revolução de 1917 e a chamada Intentona Comunista de 1935 contribuíram para a mudança qualitativa da abordagem anticomunista no país. Ela estabeleceu uma “celebração anticomunista ritualizada e sistemática” (MOTTA, 2002, p.

18). Naquele momento, não se tratava mais de uma ameaça potencial, ou de uma existência efêmera¹⁰, mas de um Estado operário consolidado que inspirava uma revolta em solo brasileiro. Na concepção de Neto (2013), tal alteração qualitativa significava que o comunismo se tornava real. Segundo Motta (2002), o anticomunismo cumpriu papel central nos episódios de ruptura institucional ao longo do “breve século” (HOBBSAWM, 1998), a tal ponto que, durante o Estado Novo, de acordo com Fraga (2017), houve a propagação de ideias anticomunistas para crianças. O fenômeno, de acordo com Motta (2000), possuiu três matrizes fundamentais: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. De forma resumida, o catolicismo e o nacionalismo foram aqueles que mais arregimentaram adeptos, pois, afirma Varela (2014, p. 8), inclusive em termos de ensino, “o ideal republicano do início do século XX buscou inserir a nação num espírito cívico”, isto é, buscou-se, uma nova cultura escolar, sintonizada com a “realidade cultural exterior à escola” (CHEVEL, 2001, p. 180). Em contrapartida, o anticomunismo de matriz liberal, ao longo do século XX, norteados pelos Estados Unidos, não foi condizente com a tradição antidemocrática brasileira. Contudo, a partir do estudo de Lacerda (2022) é possível afirmar que encontrou forte apoio por parte do crescente movimento neopentecostal durante o período ditatorial militar, e esse fenômeno reverbera na atualidade por meio da Teologia da Prosperidade (GARRARD-BURNETT, 2011).

A matriz católica é, historicamente, a mais expressiva dentre as três aqui elencadas. A principal razão é o seu enraizamento doutrinário e também pelo seu engajamento na contenda contra o comunismo, pois foi, segundo Motta (2002, p. 35), a “instituição não-estatal (...) mais empenhada no combate aos comunistas”. Silva (2001), estudou, dentro do recorte temporal dos anos de 1931 e 1934, e concluiu que o anticomunismo, católico, integralista, liberal, “independente” e governista possuíam um *modus operandi* próprio, que se conectou com um discurso verossímil, alinhado com a visão de mundo de cada grupo. Por conseguinte, o fenômeno apareceu em diversos espaços: nas escolas, nas ruas, nos lares e nas igrejas. Pereira (2010), ressalta o papel dos intelectuais, sobretudo os católicos na profusão dessas ideias e na apropriação dessas representações anticomunistas.

O contexto dos últimos anos da década de 1930 e, sobretudo o após a Segunda Guerra Mundial, promoveu nova mudança qualitativa e de correlação de forças tanto interna quanto externamente. A campanha exitosa do Exército Vermelho no combate ao nazismo, a legalização do Partido Comunista Brasileiro, seu bom desempenho eleitoral, a penetração cultural dos comunistas na sociedade brasileira, o surgimento dos Estados socialistas no Leste Europeu e o triunfo da Revolução Chinesa em 1949 criaram um novo cenário anticomunista. Se, anteriormente, a fundamentação do ideário provinha da Europa, da Igreja Católica, dos autores conservadores e no nazifascismo, a Guerra Fria, segundo Rodeghero (2002), estabeleceu um diálogo entre a tradição anticomunista brasileira e as agências de inteligência dos Estados Unidos. Isso ficou muito ressaltado nos anos compreendidos entre 1945 e 1964, nos quais movimentos como a Cruzada Brasileira Anticomunista possuíam relações diretas com o exterior e eram compostos e/ou liderados por militares brasileiros (RODEGHERO, 2002). Não obstante, assinala Lacerda (2022), havia uma íntima ligação entre agentes estadunidenses e as forças neopentecostais que apoiavam o regime civil-militar brasileiro, calcados em um forte anticomunismo que denunciava supostas forças satânicas e pregava a histeria moral.

10 A Comuna de Paris durou apenas 72 dias e foi afogada em sangue pela reação francesa.

Foge ao escopo deste trabalho uma abordagem aprofundada sobre a produção historiográfica a respeito do anticomunismo no Brasil, entretanto, é necessário afirmar que ele não foi mobilizado apenas para legitimar Golpes de Estado, mas também para as suas manutenções. Afinal, os projetos educacionais e, conseqüentemente o Ensino de História, sempre estiveram subjugados aos interesses de Estado, sendo elementar o entrelaçamento desses anseios para com a constituição de cidadãos sintonizados com a lógica estatal (VARELA, 2014). Tanto o Estado Novo quanto a ditadura civil-militar de 1964 a 1985, cassaram direitos políticos, perseguiram, torturaram e mataram milhares de pessoas sob a bandeira do combate ao comunismo. Forçaram artistas, intelectuais e lideranças políticas progressistas a buscarem o exílio e tantos outros a buscarem as vias ilegais de luta política em organizações clandestinas e paramilitares. O que presenciamos na história brasileira foi um sistema de produção e reprodução do anticomunismo em escala industrial (MOTTA, 2002), surgido antes dos regimes autoritários do século XX e que foi além desses, na medida em que cumpriu papel fundamental também nas eleições presidenciais após a redemocratização.

O processo de embate político que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff foi permeado pelo anticomunismo, na acepção de Miguel (2018, p. 18), essa extrema-direita era composta por “anticomunistas renitentes, nostálgicos da ditadura militar, alguns fundamentalistas religiosos e uns poucos liberais econômicos”. Ademais, Rocha (2019, p. 112) argumenta que esse “contra-público digital” e também físico, compôs o processo de legitimação política da prisão do ex-presidente Lula e das campanhas eleitorais para a chefia do Poder Executivo. Ainda que haja um contexto histórico diferente dos demais aqui abordados, tanto por conta do movimento operário, as condições geopolíticas e a própria fisionomia dos agentes em luta no Brasil do século XXI, é possível perceber mais continuidades que rupturas (SOUZA, 2022). Souza (2022, p. 35) afirma que há uma “ressignificação do comunismo” que dissolve o conceito ampliando-o para outros espectros políticos e outros referenciais. O antipetismo, nesse caso, mostra-se como uma expressão do anticomunismo no presente século, transformando-se em um dos elementos centrais das disputas políticas do contexto. Miguel (2019, p. 18), afirma que a “defesa de um Estado ultramínimo”, fez esses conjuntos políticos recusarem “por princípio, qualquer forma de política social”, pois “o petismo, por mais moderado que fosse, continuava perigosamente intervencionista”. Nesse sentido, segundo Miguel (2018, p. 22) houve uma “notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo”.

Como foi possível inferir, o anticomunismo foi presente ao longo da história política brasileira. Ainda hoje é possível perceber reverberações de uma longa tradição oitocentista de rechaço às ideias modernizantes, laicas e progressistas, em um constante esforço de preservação do *status quo* e que, ciclicamente, associam a mudança ao comunismo.

A ATUALIDADE: DOUTRINADORES PERVERSOS

A conjuntura política é uma condicionante elementar quando pensamos em políticas educacionais e, principalmente, no Ensino de História enquanto prática social. Movimentos autoritários ou de tendência autoritária, possuem sua própria concepção de história e fazem por meio de “inquietações do presente”, “usos políticos do passado” (PENNA, 2021, p. 112). Penna (2021) aborda as utopias e as ucronias, mobilizadas e disputadas por todos os agentes que se propuseram à transformação efetiva de suas sociedades. Na disputa pelo por vir, as forças que visam a conservação e o aprofundamento

da atual ordem de coisas também mobilizam elementos idealizadores de futuro que, para educadores comprometidos com uma pedagogia transformadora é, em síntese, uma distopia, pois, de acordo com Berriel (2005, p. 6), “a realidade não apenas é assumida tal qual é, mas as suas práticas e tendências negativas, desenvolvidas e ampliadas, fornecem o material para a edificação da estrutura de um mundo grotesco”. É um ensino amordaçado, privado da criticidade e da historicidade dos conceitos que emergem de movimentos autoritários, que se opõem à liberdade de ensinar e de aprender.¹¹ Se é na integração e na aceitação da diferença e da convivência democrática que os “utópicos” visam em sua prática social, os distópicos lutam pela homogeneização da sociedade, a negação do diferente e a perpetuação das várias opressões sociais, sob uma ótica teológica e maniqueísta.

Diante das bases conceituais oferecidas pela revisão historiográfica anterior, que remonta a um período no qual o Brasil não possuía sequer um sistema nacional de ensino, não é irresponsável dizer que a educação e o ensino de História, desenvolveram-se atrelados a conjunturas e a projetos majoritariamente conservadores. Varela (2014, p. 3-4) afirma que desde o período colonial a disciplina “cumpria o papel de acentuar a desigualdade social, econômica e cultural”.

O Ensino de História e a Educação foram profundamente afetados pelas rupturas institucionais do século XX. Uma análise mais detida não está no escopo deste trabalho, entretanto urge mencionar a introdução dos estudos de Moral e Cívica durante a Ditadura Civil-Militar que, segundo Paviani (2014) visava a formação de um cidadão moldado ao ambiente antidemocrático do período. Na definição de Silva e Bartholo (2017, p. 23), “um indivíduo obediente, cristão e anticomunista”. Logo, havia o intuito de incutir normas e práticas para a constituição de uma cultura escolar (JULIA, 2001) que se inspiravam, segundo Koch (2019, p. 50), nos seguintes valores: “o patriotismo, a religiosidade e o anticomunismo”. Foram cerceados temas sensíveis e contemporâneos que eram (e deveriam) ser evitados, censurados, ignorados, sob pena de repressão. De acordo com Ramos e Stampa (2016), o anticomunismo impregnou-se na sociedade brasileira e maculou reputações, espionou e perseguiu professores.

Na atualidade, o século do “fim da história” (FUKUYAMA, 1992) e do mundo unipolar viu a ascensão de governos populares na América Latina e, no Brasil, a experiência dos governos do PT (2002-2016). A despeito de comentários pormenorizados a respeito das gestões petistas, interessa ao presente texto refletir a respeito do movimento conservador e reacionário que motivou processos políticos como o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão da cruzada contra a educação e o saber científico e histórico. Cabe mencionar e refletir, a título de exemplo, o *Escola Sem Partido*, um movimento organizado que promoveu, através de apoiadores, propostas parlamentares¹² em diferentes estados e municípios e ações militante que envolviam, inclusive, a gravação e exposição de professores e atentados contra a liberdade de cátedra.

Frigotto (2018, p. 17) afirma que o movimento surgido em 2004, criado pelo procurador do estado de São Paulo Miguel Agib, possui o “sentido de ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático

11 Previsto no artigo 206 da Constituição Brasileira de 1988.

12 Ver os projetos citados em Ramos e Santoro (2017).

e de direito e respeito à diversidade”. Adorno (1951) argumenta que o fascismo¹³ mobiliza elementos irracionais e essas manifestações sociais potencializam-se, frequentemente, em contextos de crise (MANN, 2008), portanto, podemos entender esses aspectos como uma das chaves explicativas do ponto alto do *Escola Sem Partido* ter coincidido com a escalada golpista de 2016. Em uma conjuntura crítica o “ultraliberalismo”, fez uma “frente unida com o conservadorismo cristão” (MIGUEL, 2018, p. 20) e buscaram, como ressalta Gentili (1996), encontrar os culpados pela crise, não só econômica, mas generalizada. O atual estágio de produção e reprodução da vida humana sob a égide capitalista é não apenas de crises cíclicas, mas de crises contínuas. Em um movimento perverso de privatizar os lucros e socializar as perdas, os trabalhadores da educação são culpados pela precarização educacional. E, se crises levam a movimentos extremistas, a irracionalidade da propaganda da extrema-direita brasileira apontou suas armas para os professores que – supostamente – doutrina os alunos e pervertem a moralidade e os valores familiares. Em síntese, “essas teses se disseminam no processo de um renovado culto ao mercado e correlato ataque à esfera pública e aos trabalhadores do setor público, em especial, os da educação e da saúde” (FRIGOTTO, 2018, p. 18). Dessa forma, consoante com Dourado (2018), esses fatores confluem em um momento de forte oposição a um governo de esquerda, que vinha promovendo um alargamento da democratização no ensino público.

Retrospectivamente, o negacionismo e o revisionismo histórico levados a cabo por autores como Olavo de Carvalho (1947-2022), contribuíram muito para a produção de munição ideológica nessa cruzada contra a escola pública e o ensino de História. Casos como “O partido nazista era o PT da Alemanha?” (MONTEIRO; ANGUES, 2018), em 2017, no Colégio Estadual Júlio de Castilhos em Porto Alegre/RS, onde uma aluna do terceiro ano do ensino médio realizou tal questionamento evidencia a ressonância dessas ideias e como elas refletem no ambiente escolar. Monteiro e Angues (2018), atribuem à pulverização de conteúdos de caráter revisionista e negacionista históricos nas redes sociais e plataformas como o YouTube e que são acessadas em massa pelos estudantes. Não obstante, a academia, ao assumir acriticamente o conceito de totalitarismo proposto por Hannah Arendt (2013), contribuiu para reforçar interpretações semelhantes. Afinal, a autora esforçou-se em traçar semelhanças entre o comunismo e o nazismo, enquadrando-os como regimes totalitários, segundo Arendt (2013, p. 281), é indiferente que “os movimentos totalitários adotem os padrões do nazismo ou do bolchevismo, que organizem as massas em nome de classes ou de raças, ou que pretendam seguir as leis da vida e da natureza ou as da dialética e da economia”. Losurdo (2006, p. 26) compreende que “o defeito fundamental da categoria de totalitarismo é transformar uma descrição empírica, relativa a certas categorias determinadas, numa dedução lógica de caráter geral”. Trata-se de uma interpretação arbitrária e generalizante, mediada pela lógica da Guerra Fria e, portanto, imbuída, também do anticomunismo do período (LOSURDO, 2006). Os ecos dessas interpretações chegaram ao governo federal, Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores do governo de Jair Bolsonaro, afirmou em seu extinto blog *Metapolítica17*, em 2019, o fato de ser possível “facilmente notar que o nazismo tinha traços fundamentais que recomendam classificá-lo na esquerda do espectro político”. Logo, é possível perceber as implicações educacionais e políticas desse tipo de interpretação, pois,

13 No Brasil contemporâneo não há fronteiras muito claras entre o fascismo e o conservadorismo, visto que, como argumenta Braz (2017), os conservadores brasileiros são do tipo reacionário. Percebe-se, na composição desses grupos, além de semelhanças com o fascismo clássico, como o forte anticomunismo e o rechaço à democracia liberal (SILVA; SILVA, 2009), presenciamos o ressurgimento do Integralismo (DOTTA, 2012) e de manifestações de cunho nazifascista por parte da extrema-direita brasileira.

defende Losurdo (2006, p. 29), “a teoria costumeira do totalitarismo” pode ela mesmo tornar-se “numa ideologia de guerra, e da guerra total”, nesse caso, contra o saber histórico.

É possível perceber que a estratégia de combate, sobretudo contra as Ciências Humanas, dá-se, por assim dizer, em duas frentes: a) aquela que nega o conhecimento histórico e a práxis pedagógica, sob a bandeira de combate ao “método Paulo Freire” e, por outro lado; b) aquela que mobiliza elementos históricos, produz a falsificação (ALVES; SILVA, 2021) contrapondo narrativas, com a intenção de “desmascarar” o professor que, a partir desse ponto de vista, é um agente ideológico. Dentro desse segundo aspecto, está inserido uma série de elementos que conformam, por assim dizer, uma militância intelectual (ou intelectualizada), são eles *think tanks*¹⁴ como o Movimento Brasil Livre (MBL)¹⁵, o Instituto Mises¹⁶ e a produtora Brasil Paralelo¹⁷. Nesse cenário a prática educacional fica imersa “num clima de desconfiança, descrédito e de elaboração de armadilhas, com gravação de vídeos e áudios escondidos” (RAMOS; SANTORO, 2017, p. 144).

Nesse cenário, os conceitos tornam-se imbricados. Vimos que o anticomunismo surgiu como oposição não só às ameaças revolucionárias reais, mas também às imaginárias, às transformações sociais, às disputas pela modernidade. Nossa contemporaneidade está presenciando um conjunto de discussões relacionadas ao combate ao racismo, ao machismo, à violência contra a população LGBTQI+, questões de gênero, em termos de políticas públicas, presenciamos a política de cotas raciais, a inserção de estudos de História da África nos currículos escolares e na graduação em História. Esses movimentos chocam-se com as pautas conservadoras oriundas sobretudo do contínuo crescimento dos neopentecostais (LACERDA, 2022) e da Renovação Carismática Católica, que promovem na sociedade civil e nas esferas institucionais uma verdadeira militância moral. As pautas progressistas são associadas ao comunismo, à subversão e o anticomunismo torna-se um combate contra o campo e as discussões que estão presentes no mesmo. O conceito de “marxismo cultural” (SILVA, 2020), “leitura fantasiosa da obra de Antonio Gramsci” (MIGUEL, 2018, p. 21), é utilizado para justificar o pânico moral posto em prática pelos intelectuais e influenciadores de extrema-direita. Essa amplitude do conceito não é um defeito, mas um mérito perverso desses movimentos, pois utilizar elementos vagos para explicar a sociedade, é um meio para justificar o ataque a setores sociais, de variados espectros políticos. Tratando-se do Ensino de História, pode levar adiante a estratégia do silenciamento com muito mais eficiência, pois a disciplina não pode esquivar-se de questões polêmicas, de assuntos de interesse público, ao contrário, ela mesma é permeada por disputas e deve tomar partido diante das injustiças.

14 Meios de difusão de ideias, geralmente associados ao imperialismo como meios de combate intelectual e ideológico vinculados aos anseios geopolíticos de potências como os Estados Unidos (KANAAN, 2019; AMIN, 2005).

15 Movimento de direita fundado em 2014 e que possui vínculos com órgãos e organizações dos Estados Unidos relacionados à Agência Central de Inteligência (CIA), como a *Students for Liberty* (Estudantes pela Liberdade) (MODESTO; MEDEIROS, 2018; GUIMARÃES, 2018).

16 O Instituto Ludwig Von Mises Brasil, fundado em 2007, leva o nome do economista austríaco, considerado um dos grandes nomes da economia neoclássica que apregoa a liberalização total da economia e a interferência mínima do Estado. Segundo Araldi e Svartman (2019), o instituto faz parte da rede de *think tanks* da *Atlas Economic Research Foundation*, responsável por disseminar tais concepções econômicas. Dal Pai (2017), refere-se às ideias do instituto como os “arautos do anarcocapitalismo”, em virtude de defenderem um modelo de capitalismo com a ausência, ou, até mesmo, a inexistência de Estado. Uma de suas palavras de ordem é “Mais Mises e Menos Marx”, compreendem que o ensino está maculado por concepções marxistas e, portanto, devem ser combatidas e as ideias do austríaco deveriam ser disseminadas.

17 Produtora de conteúdo de extrema-direita caracterizada pelo revisionismo histórico e pelas produções de cunho conservador e reacionário (PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020; PAULO, 2020).

Por isso mesmo que o conhecimento é tão atacado por esses movimentos, pois quando colocamos a sociedade e os problemas em perspectiva histórica, é possível retirar o véu da eternidade das relações sociais, a nossa forma de sociedade torna-se, portanto, histórica e mutável, passível de superação. Se a História é a história da mudança, isso confronta a perspectiva estacionária do pensamento conservador. Esse entendimento, do ponto de vista histórico, possui raízes no positivismo comteano (MARIZ, 2019) e esconde toda uma carga ideológica mistificadora da realidade social que é simplesmente compreendida como dada e imutável. Conforme afirma Ramos e Stampa (2016, p. 251), abordando as relações entre a ditadura militar e o *Escola Sem Partido*, existe uma pressão por “um currículo vigiado e o trabalho docente sob suspeita”. E, evidentemente, tais reivindicações partem de princípios ideológicos evidentes, associados ao pensamento reacionário que está “a serviço de causas indefensáveis”, tende a possuir “obstinação em legitimar diversas injustiças” e, “não se dignando em convencer o adversário, aniquila-o de saída pelo adjetivo” (CIORAN, 2014, p. 7). Como afirmam Passos e Almeida (2020, p. 131), “o conservadorismo presente na educação atua como fator de exclusão social, pois este se atualiza em práticas discriminatórias que segregam as diferenças”, não obstante, “o conservadorismo luta com a bandeira do anti-intelectualismo”, objetivando inviabilizar tanto o diagnóstico quanto a mudança dessa ordem.

Nesse sentido, suas proposições fazem parte de um esforço pela transformação da cultura escolar, substituindo-a por uma alinhavada com seus princípios. Uma escola que naturaliza a sociedade na qual está inserida e que reproduz, de maneira estéril, conhecimentos que são produzidos além de seus muros (CHEVEL, 2001). Enquanto prática, esse movimento prenuncia, segundo Furlan e Carvalho (2020), uma pedagogia de tipo fascista, reflexão que pode locupletar-se do pensamento de Adorno (1951, p. 7):

[...] tendo em vista que o *status quo* é aceito como algo dado e petrificado, o esforço para ver através dele é muito maior do que o necessário para a ele se ajustar e visa a identificação com o existente, para obter um mínimo de gratificação psicológica: é esse o ponto focal da propaganda fascista.

Isto é, integrar-se à ordem estabelecida e até mesmo aprofundá-la requer muito menos sacrifício do que seu questionamento ou transformação. Nesse sentido, percebe-se a tendência de radicalização das estruturas vigentes na sociedade nessa concepção de ensino. Por outro lado, ainda que a violência política não seja novidade no Brasil, o contexto de crise da nova República põe em xeque todo o projeto de cidadania que a Constituição de 1988 representa, sobretudo em termos educacionais. O caráter orgânico da atual extrema-direita radicalizada, reproduz “o comportamento histórico das massas fascistas” (BUENO, 2017, p. 496-498) já incorporado em seu lócus de pensamento e que impele ao educador agir dentro desse quadro e não se abater diante do avanço do retrocesso. Logo, urge incorporar uma verdadeira práxis de superação dessa subordinação do racional ao irracional, que deve ser necessariamente racionalizada, democrática e dialética, entrando em rota de colisão com a hegemonia da “semiformação e [do] ressentimento cultural” (BUENO, 2017, p. 498) emanado desses agentes sociais e políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lentidão das mudanças sociais, o imobilismo das classes, a tradição conservadora e a profunda ojeriza às mudanças pavimentaram uma sociedade extremamente hierarquizada desde os tempos do Império. Ainda que o Brasil seja um país laico desde a Primeira República, a influência da religião na política do país é uma constante, diversos são os políticos que constroem suas bases de apoio a partir do discurso religioso. Jair Bolsonaro foi o primeiro candidato, após a Nova República, a ter competitividade eleitoral utilizando argumentos religiosos em sua campanha (ALVES; SILVA, 2021). O movimento encabeçado pelo presidente da República, em total consonância com o pensamento reacionário e anti-iluminista, constituiu-se uma verdadeira “teologia política” e o apresentou “como o salvador da pátria; na negação científica, que torna o sujeito em um ser supremo para aferir a realidade, sem interferências de terceiros, incluindo a própria ciência” (ALVES; SILVA, 2021, p. 12).

É pertinente associar os documentos papais aqui mencionados com a atual conjuntura do anticomunismo no país, pois, como mencionado, os movimentos conservadores mobilizam elementos irracionais para a explicação da realidade. Os textos evocam termos como “lei natural”, “razão natural”, que nada mais é que a ideia de perpetuação do *status quo*, da sociedade tal pois, as mazelas, as contradições, são fruto do desvio do pensamento religioso. Outro caminho que não o sagrado leva, a partir dessa ótica, à subversão dos costumes, à desagregação da sociedade. Por isso, também é visto termos como “subversão da ordem”. A ordem, pode ser compreendida como a totalidade dialética da base e da superestrutura de um modo de produção, mas também pode ser entendida como elementos de justificação ideológica de determinado regime. No final do século XIX propor um Estado laico era atentar contra um dos sustentáculos do Império. Na atualidade, por exemplo, não há um movimento revolucionário, nem partidos comunistas organizados a nível internacional, mas, sim, um combate generalizado contra o racismo, o machismo e a violência contra a população LGBTQI+, o que provoca a insurgência de setores da sociedade que mantém postos de privilégios por conta de pertencerem às maiorias políticas, que associam essas tendências ao “comunismo”. E é a partir disso que se pode estabelecer um diálogo com a Encíclica *Quanta Cura*, de 1864, com todas as mudanças de paradigma de mais de um século, que alertava para as ideias do comunismo e do socialismo estarem pervertendo as almas puras dos jovens. Passou-se ao combate às ideias de vanguarda, à intelectualidade, e à escola, onde a juventude entra em contato com visões múltiplas por meio do saber histórico. Permanece, em setores sociais, a concepção maistreana de que é a religião que deve governar, julgar e ensinar, ocorre uma invasão do ambiente privado da religiosidade dos pais no âmbito social da escola. Onde é compreendido, assim como afirmou Cortés (2014), que existem teologias satânicas sendo disseminadas por agentes da subversão, que atentam contra a família e à religião e, portanto, há de se combater firmemente sob pena da desagregação dos valores da juventude e da cristandade. Dessa forma, como foi assinalado anteriormente, Gaume (1878) associa o comunismo à destruição da família, da ordem social e assim torna-se fecunda essa posição até os dias atuais, afinal, pensar sobre a heteronormatividade é atentar contra a concepção familiar religiosa, que não reconhece outras formas familiares. Seria, como afirmam Gediel e Seffner (2018, p. 78), “então, a doutrinação um desses rompimentos do padrão normativo vigente, fazendo do professor uma ameaça à educação e formação familiar”.

Pode-se associar isso ao crescimento, durante o período da Ditadura Civil-Militar, das correntes evangélicas neopentecostais que foram apoiadoras do regime e que incorporaram de maneira muito nítida o anticomunismo elaborado pelas agências de inteligência dos Estados Unidos. A chamada Teologia da Prosperidade desenvolveu um verdadeiro culto ao capitalismo e à sociedade do consumo ao mesmo tempo que acirrou a luta pelas pautas morais. Não obstante, a articulação desses elementos religiosos com *think tanks* que servem como retransmissores de correntes de pensamento ligadas ao neoliberalismo, formou-se um todo teológico e intelectual que visa cercar e cercear o Ensino de História. Nesse sentido, é evidente a hipótese de que nossa práxis está diante de uma situação em que é atacada por fora de suas estruturas, ou seja, em movimentos de negação e de ataque à disciplina e à escola. Por outro lado, dentro do próprio campo da produção do conhecimento, evidencia-se a tentativa da construção de uma narrativa que pressupõe a constituição de um novo conhecimento histórico, tido como “verdadeiro”. Então percebemos o processo inverso, dos professores que estão ensinando a versão “ideológica” da História e impera, dessa forma, o ensino da “verdade”, isto é, “sem partido”. Ambos são de todo perigosos para a disciplina e para o Ensino de História, pois ela é produtora de um saber que, evidentemente, não é neutro, mas é cientificamente orientado, calcado em rigorosidade metodológica e em discussões acadêmicas. Portanto, negar a disciplina, é opor-se à legitimidade desse saber, a relevância dele para a formação humana e democrática. E, na análise da outra face também é possível identificar que ocorre a deslegitimação do conhecimento produzido na academia, por historiadores profissionais, pois esses estariam à serviço de um viés ideológico de esquerda. Dessa forma, ambas as tendências apontam para uma posição negativa frente ao conhecimento histórico e projetam-se como oposição sistemática ao Ensino de História.

Diante do exposto, é possível afirmar que uma práxis pedagógica transformadora, racional, dialógica e inclusiva é a maneira pela qual os educadores podem enfrentar a hostilidade à nossa disciplina. Afinal, todas as formações e relações sociais são históricas e, sendo assim, são mutáveis, formam-se e abrem caminho para a sua negação e superação. É preciso, portanto, “esperança e otimismo, contra a ideologia fatalista neoliberal, travestida de pós-modernidade, que insiste em nos convencer que nada podemos fazer contra a realidade social que, de histórica e cultural” (FREIRE, 1996, p. 10), tornou-se naturalizada. Em síntese, nossa profissão é uma prática social e urge hoje, mais do que nunca, fazer dela uma práxis transformadora, que vise a construção de uma sociedade democrática, inclusiva, diversa e tolerante.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. A teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda. *Psychoanalysis and the Social Sciences* [S. l.], n. 3, p. 408-433, 1951.
- AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 77-123, mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/Fzm4BXPmV6GGbBdFvwpPSh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092000000300002. Acesso em: 9 maio 2021.

ALVES, Alison Sullivan de Souza; SILVA, Francisco Vieira da. Tendências negacionistas sobre a ditadura militar no bolsonarismo: um debate necessário para o ensino de História Contemporânea. In.: SILVA, Francisco Vieira da; MAYER, Leandro (orgs.). *Michel Foucault na educação: propostas investigativas*. Itapiranga: Schreiben, 2021.

ARALDI, Lucas; SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Rede Atlas, think tanks e a construção da liberalização econômica no Brasil: uma análise do Instituto Millenium e do Instituto Ludwig Von Mises Brasil. *Conexão: comunicação e cultura*, Caxias do Sul, v. 18, n. 35, p. 317-339, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/220180>. Acesso em: 2 nov. 2022.

ARAÚJO, Ernesto. Pela aliança liberal-conservadora. *Metapolítica17*, s.l., 30/03/2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/03/ernesto-araujo-nazismo-esquerda.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Utopia, distopia e história. *MORUS: Utopia e Renascimento*, [S. l.], n.3, p. 95-100, 2006. Disponível em: https://www.unicamp.br/~berriel/arquivos/berriel_prod_3.pdf. Acesso em: 2 nov. 2022.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2022.

BRITO, Angélica. "A cruz vencerá o comunismo": o discurso anticomunista do Jornal Folha do Norte do Paraná (1962-1965). 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, maringá, 2015.

BUENO, Sinésio Ferraz. A crítica dialética de Theodor Adorno ao fascismo: implicações no campo formativo. *Educação*, v. 40, n. 3, p. 492-500, 31 dez. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/25982>. Acesso em: 2 nov. 2022.

BURITY, J. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? la coyuntura postimpeachment en Brasil. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 22, n. 00, p. 0-24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8670122>. Acesso em: 28 out. 2022.

CAVALCANTE NETO, F. T. *A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)* - Recife, 2013. 274f. Tese (doutorado) - CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

DAL PAI, Raphael Almeida. *Instituto Ludwig von Mises Brasil: os arautos do anarcocapitalismo*. 2017. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

- DOTTA, Renato Alencar. Um esboço necessário sobre a trajetória do integralismo brasileiro: da AIB ao ciberintegralismo (1932 A Atualidade). *Boletim do Tempo Presente*, São Cristóvão, n. 3, p. 1-15, dez. 2012.
- DOURADO, Luiz Fernandes. A institucionalização do sistema nacional de educação e o plano nacional de educação: proposições e disputas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 143, p. 477-498, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/n79MddNCdCz4PYQ5G7TX5nc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- ESPIG, Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 6, n. 10, p. 151-167, dezembro 1998. Disponível em: [https://seer.ufrgs.br/anos90/artic /view/6220](https://seer.ufrgs.br/anos90/artic/view/6220). Acesso em: 21 jan. 2022.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola "Sem" Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- EDUCADORES. *e-Mosaicos: Revista multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ)*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 11-13, jun. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/24722/0>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- FURLAN, Cássia Cristina; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Comunismo e Gênero no Escola Sem Partido: notas para não sucumbir a uma pedagogia fascista. *Rev. FAEEBA*, Salvador, v. 29, n. 58, p. 168-186, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/download/8131/pdf/>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- GAUME, Jean-Joseph. *Catecismo del Syllabus*. Bogotá: F. Ferro, 1878.
- GEDIEL, Pedro Soares; SEFFNER, Fernando. O ensino de História e a resistência aos medos de falar, de ser e de dizer. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, vol.5, n. 7, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/80564>. Acesso em: 28 out. 2022.
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In.: *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. SILVA, Tomaz Tadeu da et. al. Brasília: CNTE, 1999.
- GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. As novas formas de organização e articulação das classes dominantes: o MBL em questão. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, vol. 22, n. 2, p. 621-640, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158845002/321158845002.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. *O Brasil na mira do tio Sam: a atuação da embaixada dos EUA durante o governo Lula (2003-2010)*. 2019. 613 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. *Mneme: Revista de Humanidades*, Caicó, v. 11, n. 29, p. 132-148, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1022>. Acesso em: 21/01/2022.

KOCH, Adolar. A disciplina de EPB Estudos de Problemas Brasileiros na ditadura militar e civil brasileira: o caso da UFRGS. (1970-1993). 2019. 258 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

LACERDA, Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 153-176, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/Yvgm4T74KWZHN4vYttLrxVB/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 17, p. 51-79, 4 jul 2006. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo100critica17-A-losurdo.pdf. Acesso em: 12 dez 2022.

MALATIAN, Teresa. O “perigo vermelho” e o catolicismo no Brasil. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003. p. 181.

MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Olavo de Carvalho e a onda conservadora contemporânea. *Texto Para Discussão*, Campinas, n. 380, p. 1-16, maio 2020. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD380.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2022.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano. *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

MONTEIRO, Carolina; ANGUES, Ignacio. “O partido nazista era o PT da Alemanha?”: Relato docente sobre uma experiência com o ensino de história e o nazismo. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, v. 5, n. 7, p. 86-95 jul./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/download/80476/51701/368722>. Acesso em: 2 nov. 2022.

MODESTO, Salem Edrey da Silva; MEDEIROS, Mônica Xavier de. *Globalização, neoliberalismo e redes sociais: a ascensão do movimento Brasil Livre (MBL)*. 2018. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 315 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

- NICOLAZZI, Fernando. Qual o partido da escola sem partido?. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, n. 5, v. 3, p. 82-85, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/79154>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- OLIVEIRA, Heli Sabino de; MARIZ, Débora. Movimento Escola Sem Partido: uma leitura à luz de Paulo Freire. *Educação*, [S.l.], v. 44, p. 1–19, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/32996>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- PASSOS, Pâmella Santos dos; ALMEIDA, Luciana de Sá Guiges. O ensino de história em tempos de conservadorismos: alguns desafios na formação de professores. *Escritas: Revista do Curso de História, Araguaína*, v. 12, n. 2 (2020), p. 125-143. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/9197/17656>. Acesso em: 28 out. 2022.
- PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos da Brasil Paralelo: uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). *REBELA: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 101-110, 2020. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4180>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- PAVIANI, Bruno. Educação Moral e cívica na ditadura militar brasileira: uma tentativa de legitimar o poder. (1969-1971). *In: Encontro Estadual de História*, 15
11 a 14 de agosto de 2014, *Anais...* Florianópolis, 2014, p. 1-13. Disponível em: http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1404487716_ARQUIVO_EducacaoMoraleCivica-AnpuhSC.pdf. Acesso em: 3 nov. 2022.
- PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. “*Guardai-vos dos falsos profetas*”: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937). 2010. 156 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, São Paulo, 2010.
- PENNA, Mariana Affonso. Utopias e Ucronias: inquietações do presente e usos políticos do passado. *História Revista*, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 112–141, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/68644>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- PICOLI, B. A.; CHITOLINA, V.; GUIMARÃES, R. Revisionismo histórico e educação para a barbárie: a verdade da “Brasil Paralelo”. *Revista UFG*, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/64896>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- PIO IX. *Carta Encíclica Quanta Cura*. Vaticano: 8 dez. 1864. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembri-1864.html>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- PIO IX. *Carta Encíclica Qui pluribus*. Vaticano: 9 nov. 1846. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/enciclica-qui-pluribus-9-novembre-1846.html>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- PIO IX. *Alocução Quibus, quantisque*. Vaticano: 20 abr. 1849. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/allocuzione-quis-quantisque-20-aprile-1849.html>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- PIO IX. *Carta Encíclica Nostis et nobiscum*. Vaticano: 8 dez. 1849. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/enciclica-nostis-et-nobiscum-8-dicembre-1849.html>. Acesso em: 3 nov. 2022.

RAMOS, M. S.; STAMPA, I. Subversão e resistência docente: Notas sobre a ditadura militar e o movimento Escola sem Partido. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/29830>. Acesso em: 2 nov. 2022.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 233f. Tese (Doutorado) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. 2002. 447 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SALLES RAMOS, M.; DOS SANTOS SANTORO, A. C. Pensamento freireano em tempos de escola sem partido. *Revista Inter Ação*, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 140–158, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/44076>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SANTIROCCHI, Ítalo D. *Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Fino Traço: Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, A. M. dos. O jornal A cruzada em Sergipe e a Igreja Católica: a questão social no período republicano. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 7–22, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/8903>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SECCO, Lincoln F. O anticomunismo preventivo. *Maria Antonia: Boletim do GMarx-USP*, São Paulo, ano 1, n. 55, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim5>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Catia Maria; BARTHOLO, Maria Elisa Carvalho. A Educação Moral e Cívica na Construção de ser brasileiro: Um indivíduo obediente, cristão e anticomunista. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 23-31, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/467>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Fascismo. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o “Marxismo Cultural”. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 1, n. 3, p. 77–82, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/165>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SILVA, Vera Lucia Marques da. Educação, gênero e sexualidade: algumas reflexões sobre o Programa Escola sem Partido. *Revista Café com Sociologia*, s.l., v. 6, n. 1, p. 158-172, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/29082/Educa%20a7%20a3o%20G%20aanero%20e%20Sexualidade.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 28 out. 2022.

SOUZA, Maurício Severo. A relação entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX nas páginas d'O Novo Mundo (1870- 1879). *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 11, n.1, p. 48-62, jan jun/2014. Disponível em: <https://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/07/10-2-5.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2021.

TEIXEIRA, João Vitor de Armas. "*Doutrinas Perversas*": História e historiografia da Comuna de Paris e sua repercussão no Brasil a partir do periódico O Apóstolo (1871) - Pelotas, 2021. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

VARELA, Simone. Trajetória do ensino de história no Brasil. In: Congresso Sergipano de História e Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, 4, 21 a 24 de outubro de 2014, *Anais...* Aracaju, 2014, p. 1-22. Disponível em: http://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424132997_arquivo_simonevarela.pdf. Acesso em: 3 nov. 2022.